



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes

25 de agosto de 2014

No dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quatorze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-Reitoria de Administração, o sr. Lezi José Ferreira; da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Manoel Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria de Tecnologia da Informação, Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Pizzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior, do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariaciaca, sr. Lodovico Ortljed Faria, do campus Centro-Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio, do campus Nova Venécia, Wellinton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sr. Mário Cezar dos Santos Junior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena, do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Orçamento; 3. Questões Relativas a Recursos Humanos; 4. Apreciação da oferta do Curso Superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos do campus Venda Nova do Imigrante.** O

Presidente, com o intuito de dar celeridade à reunião, solicita a permissão para inverter a ordem dos itens de pauta, e diante da anuência do Colégio de Dirigentes, abre o **item 1**, passando a palavra para o diretor Joubert Alexandre que informa que em 2012, o Ifes fez um termo de referência cujo intuito era desenvolver um novo site para a instituição, visto que o atual, criado em 2008, está aquém das necessidades institucionais. O diretor enfatiza que esse processo esteve paralisado por algum tempo, mas que, há pouco foi retomado; explicitando a previsão de se criar diversos sites institucionais, tais como o da reitoria e dos campi. No entanto, prossegue o diretor, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) especificou um lay-out padrão que deve ser utilizado pelos órgãos públicos. Assim, continua o diretor, o Ifes interrompeu o desenvolvimento de seu site pois, diante da determinação da Secom/Pr, tal ação não se justifica. Ao ser questionado pelos dirigentes, o diretor Joubert responde que a adesão ao modelo padrão é obrigatória, divulgando, logo a seguir, os órgãos que já o adotaram. O diretor apresenta o Portal Institucional Padrão, descrevendo-o como uma infraestrutura de portal com base nos eixos Conteúdo, Arquitetura da Informação e Identidade Visual, o qual permite que o portal de cada órgão seja reconhecido como propriedade digital do Governo Federal. O diretor acrescenta que o portal é responsivo, ou seja, foi concebido de maneira a se adaptar a diferentes tamanhos de tela, atendendo a uma ampla variedade de dispositivos e mantendo a gestão do conteúdo organizada e eficaz. O diretor comunica que no Portal Institucional Padrão não existirá logomarca institucional e explica detalhadamente a disposição das informações. O diretor comunica que o conteúdo será previamente definido e que por isso, todos os sites do Ifes terão que se adequar ao modelo padrão, incluindo o Notícias Ifes, e que se excluem desse rol, segundo o diretor, somente os sites de eventos sazonais, tais como, Jif's que poderão ter maior liberdade de criação. O diretor comunica que um site com as características determinadas pela padronização é facilmente colocado no ar e solicita que os dirigentes avaliem as demandas de site, visto que elas deverão estar adequadas à padronização. Ao ser questionado pelo dirigente José Orlandi, o diretor Joubert responde que não haverá problemas na migração de informações, pois o atual site do Ifes e o modelo padrão compartilham o mesmo gestor de conteúdo. O dirigente Ronaldo afirma que com o Portal Institucional Padrão o Ifes perderá completamente sua identidade visual. O diretor Joubert informa que encaminhará o Manual do Portal Institucional Padrão ao secretário do Colégio de Dirigentes para que ele repasse aos dirigentes, enfatizando que o prazo para adequação se expira no fim de 2014. O Presidente abre o **item 3** informando que, por meio de uma nota técnica, o Ministério do Planejamento determinou que todos os lançamentos em folha de pagamento, excluindo o vencimento básico, devem possuir uma justificativa e serem validados, situação que, segundo o Presidente, resultará em uma maior

centralização da folha de pagamento. O Presidente enfatiza que será necessário um grande trabalho para se cumprir a determinação do MPOG, enfatizando, logo a seguir, a imensa responsabilidade inerente à tarefa. O Presidente resume como o processo é atualmente realizado, ou seja, o lançamento é executado nos campi e o processo é encaminhado à DGP. A determinação MPOG, continua o Presidente, obriga o Ifes a criar uma sistemática que possibilite uma execução célere e eficaz. O Presidente comunica que para a folha atual não haverá modificação, mas para a próxima é necessário se adequar, ressaltando que, durante os lançamentos, erros podem ser cometidos. O Presidente sugere que as pessoas responsáveis pelos lançamentos nos campi venham, durante um período do mês, à reitoria para que, junto com a DGP, validem os lançamentos. O Presidente afirma que a determinação é um fator complicador para uma instituição como o Ifes, que descentralizou a folha de pagamento, pois, segundo ele, o intuito do MPOG ao implementar uma medida como esta visa atender à maioria das instituições, exemplificando que ela não afeta a rotina administrativa de uma universidade. O Presidente enfatiza que, independente da determinação do MPOG, os lançamentos continuarão a ser executados nos campi, ressaltando que somente a validação destes será realizada na Reitoria. O Pró-reitor Ademar explica o fluxo do processo que seria dividido em duas semanas; assim, na primeira, seriam realizados os lançamentos nos campi, e na segunda, estes seriam analisados e, conseqüentemente, validados na Reitoria. O Pró-reitor acrescenta que cada lançamento cria uma tela do Siape que deverá ser impressa, pois nela há a identificação do responsável pela ação; o campus, continua o Pró-reitor, reuniria os print screens em um processo a ser assinado pelo Diretor-geral e pelo Coordenador de Pessoas e, posteriormente, encaminhado à DGP. A diretora Danusa comunica que a adoção desse procedimento vai impactar no fechamento e homologação da folha, explicando que o período em que a folha fica aberta para lançamentos será menor e concluindo que essa situação pode prejudicar a prévia da folha de pagamento. A diretora Danusa esclarece que durante o período de homologação, as alterações possíveis resumem-se ao que fora previsto no fechamento. O dirigente Ronaldo ressalta que a sistemática proposta se resume a ajustes e procedimentos, sugerindo que os lançamentos sejam homologados em um único dia para que assim seja possível padronizar os procedimentos. O Presidente informa que nesta reunião não é possível determinar o melhor procedimento, assim, solicita um prazo maior para que a diretora da DGP possa analisar detalhadamente a questão e propor uma sistemática definitiva para os processos de lançamento. O dirigente Ricardo solicita que o Colégio de Dirigentes avalie a possibilidade de se alterar o regimento sobre Gestão de Pessoas, justificando seu pleito nas atribuições do Diretor-geral. Segundo o dirigente, essas atribuições estão previamente determinadas em Lei, desta forma, algumas ações, tais como folha de pagamento, seriam centralizadas na DGP, excluindo assim, a

responsabilidade do diretor-geral, pois atualmente, conclui o dirigente, o diretor-geral não delibera sobre a folha de pagamento, mas mesmo assim, pode ser responsabilizado. O dirigente Ricardo acrescenta que a centralização da folha na DGP diminuiria o número de servidores necessários das CDP's nos campi, os quais poderiam ser alocados em outras funções. A diretora Danusa argumenta que para centralizar essas atividades na DGP é necessário, em contrapartida, que a Diretoria de Gestão de Pessoas tenha mais servidores. O dirigente Hermes considera positiva essas medidas, mas questiona se, numa eventual alteração de governo, esse cenário será mantido. O dirigente Ricardo informa que a folha de pagamento do Governo do Espírito Santo é centralizada, enfatizando que as questões relativas ao lançamento podem ser resolvidas nos campi, mas que a responsabilidade pela folha de pagamento deve ser retirada do Diretor-geral. A dirigente Valdete informa que no campus Alegre todos os processos têm como destino o gabinete e que desta forma, o Diretor-geral pode deliberar sobre eles. O Pró-reitor Ademar coloca a DGP à disposição dos dirigentes para que seja possível elaborar uma proposta que seja benéfica para a instituição, ressaltando que pedidos para inclusão em folha de pagamento feitos no limiar do fechamento, não serão mais ser atendidos. O Pró-reitor Márcio questiona se o processo com os print screens das telas do Siape já será usado para a próxima folha de pagamento. O Presidente informa que haverá uma reunião entre os CDP's e a DGP para definição e padronização dos processos. O Presidente informa que em visitas realizadas pela DGP a alguns campi, foram constatados alguns problemas que são de responsabilidade do Diretor-geral e da CDP, por isso, solicita o Presidente, é necessário analisar os processos com atenção. O Presidente enfatiza que a situação é complexa, pois há resoluções novas que devem ser seguidas e que, em alguns casos, a concessão é legítima mas a argumentação não, fato que pode trazer problemas junto ao TCU. O dirigente Ronaldo informa que o trabalho do DGP nos campi vai resguardar os Diretores-gerais, enfatizando que a CDP deve dar o suporte administrativo capaz de auxiliar o trabalho dos Diretores-gerais. O Presidente comunica que haverá muitas solicitações de RSC, uma vez que todos os professores que não possuem o título de doutorado vão fazer o requerimento. Por isso, acrescenta o Presidente, é necessário definir um formato que facilite o fluxo processual. O Presidente esclarece que os documentos em papel dos processos de RSC permanecerão nos campi e que as CSPPD's farão a conferência entre eles e os documentos em mídia. O Presidente informa que o Ifes criou um sistema que permite que os dados e documentos dos solicitantes ao RSC estejam disponíveis para a CPPD e Comissão de Avaliação, eliminando-se, desta forma, o envio de informação por email. O Presidente detalha o processo de solicitação do RSC, informando que a CPPD vai emitir parecer sobre a decisão da banca de avaliadores, e caso ele seja positivo, o Reitor emitirá portaria. O dirigente Flávio questiona se as CSPPD's vão autenticar os documentos. O Presidente

responde que a autenticação é de responsabilidade dos CDP's, mas reconhece que esse processo será muito difícil nos campi maiores. O Presidente destaca a dificuldade em se autenticar documentos anteriores a 2009, pois não há arquivo virtual deles, assim, se o requerente não tiver cópia da portaria ou do boletim de serviço será impossível fazê-lo. O Presidente informa que no campus Vitória foi encontrado uma longa série de boletins de serviço, o que pode ajudar muitos professores. O Presidente comunica que as portarias publicadas no site não possuem assinatura e que por isso não podem ser autenticadas em cartório, sugerindo a criação de uma comissão cujo objetivo seja atestar a conformidade de determinado documento com sua publicação, virtual ou escrita. O Presidente esclarece que o RSC retroage a primeiro de março de 2013 para quem já tenha, nessa data, o título a ser pleiteado, ou seja, retroage até a data do título ou até 01/03/2013; enfatizando que é um valor significativo, pois em alguns casos a diferença chega a seis mil reais. O Presidente acrescenta que foi estabelecido o valor de duzentos reais a ser pago, por processo, para cada membro da banca de avaliação do RSC, assim, o Ifes terá um gasto mínimo de oitocentos reais para cada processo. A diretora Danusa comunica que o sr. Ricardo, servidor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou que o Siape ainda não está preparado para receber o RSC, por isso a Setec vai se reunir com os setores de folha e de cadastro para tentar solucionar o problema. O Presidente informa que serão organizadas visitas aos campi para esclarecer possíveis dúvidas sobre a concessão de RSC, enfatizando que os servidores mais capacitados para essa atividade são os membros da comissão de RSC, responsáveis pela elaboração da resolução. O dirigente Hermes considera adequada a proposta, mas sugere que a comissão inicie seus trabalhos nos campi que possuem maior quantidade de docentes. O dirigente Lodovico sugere que os trabalhos da Comissão de RSC sejam realizados em conjunto com a Comissão de Definição de Carga Horária, preferencialmente no mesmo dia. O Presidente acrescenta que essas visitas podem ser realizadas juntamente com as da DGP, otimizando assim, recursos e transporte. O Presidente divulga que a minuta de resolução para Professor Titular, que ficou disponível no site do Ifes para que a comunidade desse contribuições, está terminada. O Presidente acrescenta que 99 por cento das sugestões propostas pela comunidade foram acatadas, comprometendo-se a enviar uma cópia da minuta para os dirigentes tenham ciência e analisem o documento. O Presidente comunica que a minuta de resolução será encaminhada ao Conselho Superior para ser discutida em reunião a ser realizada no próximo mês, enfatizando que cerca de 80 professores poderão ser beneficiados pela minuta. O Presidente informa que a banca para professor titular será composta por quatro membros, sendo três deles externos. O dirigente Mauro informa que, apesar de ter sido encaminhado aos campi um cronograma de trabalho da CPPD, os trabalhos dessa comissão nos campi sempre deverão ser amparados por convocação

formal. O Presidente acrescenta que todas as ações da CPPD devem ser ratificadas pelo Colégio de Dirigentes, e que apesar da importância das propostas da CPPD, as reuniões devem ser convocadas pelo Reitor e ou Diretor-geral. O dirigente Wellington questiona se a CPPD vai solicitar a convocação ao Diretor-geral ou se ela virá do Gabinete. O Presidente responde que a convocação partirá de Gabinete, por meio de memorando. O Presidente informa que recebeu o relatório de gestão do Ifes de 2013 que será encaminhado pela CGU ao TCU, enfatizando que o documento foi classificado pelos órgãos de controle como regular com ressalva. O Presidente comunica que todos os dirigentes são responsáveis pela gestão da instituição, incluindo os membros do Conselho Superior, acrescentando que 80 % das anotações são referentes à gestão de pessoas. O dirigente Ricardo revela a dificuldade de responder as questões gerais. O Presidente informa que Ifes deve permitir que o campus se manifeste também sobre os casos gerais para não ser acusado supressão desse direito. O dirigente Ricardo informa que algumas respostas apresentadas não eram condizentes com a direção geral do campus Vitória, no entanto, quando teve acesso a elas era impossível alterá-las. Com o intuito de se evitar a recorrência de situações como a descrita pelo dirigente Ricardo, o Presidente sugere que os dirigentes solicitem aos subordinados o envio de cópias das perguntas encaminhadas à Audin. O Presidente informa que a CGU não se preocupa somente com questões relativas ao pagamento, enfatizado o interesse dos órgãos de controle em verificar questões referentes à atividade fim da instituição, ou seja, relação professor/aluno, carga horária de professor, pesquisa e extensão. O dirigente Mauro informa que a reunião com a CGU foi fácil, acrescentando que algumas perguntas constantes no relatório que não foram respondidas pelo Ifes. O dirigente Ricardo sugere o estreitamento da relação entre Audin e os Diretores-gerais para solucionar os problemas. A diretora Danusa informa que um dos maiores problemas é impossibilidade de se validar as respostas enviadas pelos campi, ou seja, no relatório, cada item da correspondente à DGP exige uma resposta, os campi alegam falta de tempo para elaborá-las e por isso, às vezes, é impossível verificar a pertinência do que foi escrito, visto o prazo concedido pelos órgãos de controle está próximo a expirar. O dirigente Ricardo afirma que o fato relatado é mais um argumento a favor da centralização. O Presidente passa a palavra para o Pró-Reitor de extensão Renato Tannure que agradece aos diretores Valdete e Flávio pelo acolhimento da Comissão de Carga Horária Docente e solicita que os dirigentes avaliem se a metodologia utilizada por essa comissão é adequada. O Pró-reitor argumenta que, para o assunto ser efetivamente discutido no campus, é necessária a suspensão das aulas, pois caso a impossibilidade de participação de um ou mais professores inviabiliza o trabalho. O dirigente Ricardo comunica que, depois muita luta, vitórias e derrotas, dentre elas a perda de um financiamento FINEP por causa da falta de escritura, visto que o campus Vitória só tinha

um termo de doação de terreno datado de 1936, conseguiu um afloramento e que, por volta de trinta dias, deve ser emitido um termo de cessão do terreno. A diretora Danusa divulga o Plano de Formação de Servidores, solicitando apoio para que seja possível capacitar a maior quantidade de servidores. A seguir, a diretora explica o método de preenchimento das vagas, ou seja, após abertura, não havendo preenchimento total por parte da comunidade do Ifes, abre-se para a rede federal, caso não haja preenchimento total, abre-se para a comunidade externa. O Presidente informa que teve início a discussão para que os técnico-administrativos também sejam contemplados com o RSC e que a diretora Danusa é membro da comissão formada para esse fim, assim, acrescenta o Presidente, qualquer material ou sugestão deve ser encaminhado para ela. O Presidente abre o **item 4**, informando que o processo já foi apreciado pela Câmara de Graduação, e que esse curso faz parte do processo de verticalização do Ifes. O Presidente passa a palavra para a Pró-reitora Aracely divulga que se trata de um curso de graduação, bacharelado, modalidade presencial, com oferta de 40 vagas, em turno integral e com início previsto para o primeiro semestre de 2015. A Pró-reitora acrescenta que o curso terá 8 períodos, estágio supervisionado obrigatório com carga horária de 120 horas, e o Trabalho de Conclusão de Curso com carga horária de 108 horas. A Pró-Reitora detalha a quantidade de profissionais necessárias, bem como as obras a serem realizadas e os recursos necessários. O dirigente Carnielli informa que as obras e os professores necessários para o curso superior já estão previstos no crescimento do campus, acrescentando que parte dos investimentos já estão sendo executados. O dirigente elogia o corpo docente que se dedica a criação do curso, informando que 4 são doutores e mais 2 doutorandos e divulga a intenção de se aproximar com instituições argentinas que trabalham com o tema. O dirigente acredita que serão necessários mais 6 professores para completar o curso dentro das 11 vagas previstas para o campus, explicando que os técnico-administrativos serão contratados a partir da necessidade de laboratórios. A diretora Danusa informar que o campus de Venda Nova do Imigrante não possui vagas de técnico-administrativos. O Pró-reitor Renato Tannure parabeniza a iniciativa do campus e questiona a existência de alguma proposta de extensão em paralelo com o curso Superior de Ciência e Tecnologia em Alimentos. O dirigente Carnielli responde que a intenção é trabalhar com a comunidade e assim traçar o perfil das pequenas indústrias do município, identificando problemas ambientais, e os impactos nas nascentes que podem ser gerados pela indústria familiar. O dirigente detalha alguns projetos de cursos, enfatizando a existência de propostas e de mapeamento. Ao ser questionado por que não ofertar um curso de engenharia de alimentos, o dirigente Carnielli explica que a opção por ciência se baseou no fato de que o campus Alegre e a Universidade de Viçosa, instituições próximas ao campus Venda Nova do Imigrante já oferecem engenharia de alimentos, além de que a base econômica da região, constituída

por pequenas empresas familiares, ao contrário da engenharia que visa produção e quantidade, enfatiza a qualidade, higiene e controle. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a oferta do curso Superior em Ciência e Tecnologia de Alimentos do campus Venda Nova do Imigrante. O Presidente abre o **item 2**, informando que a proposta inicial da Reitoria foi debatida pelo Colégio de Dirigentes em duas outras oportunidades, mas até o momento não se chegou a uma definição, acrescentando que o limite para as licitações serem realizadas nesse ano está próximo. Diante da falta de decisão dos dirigentes e da urgência no que diz respeito aos prazos, o Presidente propõe que alguns itens da proposta inicial tenham suas licitações autorizadas, tais como os prédios dos campus Montanha, Barra de São Francisco, Vila Velha e São Mateus, visto que essas obras, acredita o Presidente, serão aprovadas facilmente pelos dirigentes. O Presidente relata que o campus São Mateus está dividido desde 2007, enfatizando o quanto essa situação é prejudicial para a prestação de serviço à comunidade. O Presidente ressalta a necessidade de unificar o campus de São Mateus, mesmo que essa unificação, realize-se, em um primeiro momento, de forma precária. O Presidente esclarece que a intenção é construir um prédio com 12 salas, ressaltando que essa obra não resolveria o problema, mas amenizaria consideravelmente a situação. O dirigente Braz, informa que os diretores-gerais estão muito próximos de uma decisão, mas que seria importante saber a quantidade de recursos disponíveis. O Presidente afirma que esse ano foram disponibilizados 34 milhões de reais, acreditando que ano que vem será disponibilizado quantia similar. O dirigente Hermes se solidariza com o campus de São Mateus, explicando os problemas que são gerados em um campus dividido. O dirigente externa sua preocupação com as decisões a serem tomadas, enfatizando que o diretor-geral precisa de muita sensibilidade para lidar com os servidores e a sociedade, pois, inevitavelmente, a responsabilidade dos problemas de infraestrutura serão dele e do Reitor. O Colégio de Dirigentes concorda com a proposta apresentada pelo Presidente, autorizando, conseqüentemente, que os campus Montanha, Barra de São Francisco, Vila Velha e São Mateus licitem suas obras. O dirigente Mauro informa que enviará para os dirigentes ata de registro de preços de mobiliário, contendo 70 itens, acrescentando que destinará uma semana para que os dirigentes insiram novos itens e depois, mais uma semana para que aderiam ao Registro de Preços. O Pró-reitor Márcio informa que, nas 11 propostas de mestrado submetidas a Capes, houve participação de professores lotados em campus distintos daqueles onde serão ofertados os cursos, enfatizando que, diante desse fato, faz-se necessário normatizar a participação de professor de um campus distinto àquele onde é oferecida a capacitação. O Pró-reitor acrescenta que já possui uma proposta inicial de resolução e que, caso haja interesse dos dirigentes, pode apresentá-la. O dirigente Braz informa que o Pró-reitor poderá apresentá-la em reunião do Fórum de Diretores-gerais. O Presidente informa que hoje às 15 horas haverá uma

reunião para discutir o edital CNPQ nº 94 cujo valor é de quarenta milhões de reais, solicitando que os diretores se dediquem ao máximo para incentivar a participação para que a instituição possa conseguir o maior número possível de projetos aprovados e/ou submetidos. O dirigente Luiz Braz informa o teor da portaria 008/2014 do Juízo da 06ª Zona eleitoral do Estado do Espírito Santo, pela qual o Juiz Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon recomenda a todos os dirigentes, diretores, superintendentes, supervisores, presidentes e demais representantes/responsáveis por órgãos e entidades públicas sediadas ou instaladas nos municípios que compõem a Sexta Zona eleitoral do Estado do Espírito Santo – Colatina, Marilândia, Governador Lindenberg e São Domingos do Norte não autorizem o ingresso de carros que contenham propaganda eleitoral ostensiva e que não autorizem, no âmbito das instituições públicas, a realização de qualquer ato de campanha eleitoral, inclusive mediante uso de bottons, camisetas ou qualquer outro acessório por servidores públicos. O dirigente comunica que enviará cópia da referida portaria. O dirigente Ronaldo comunica que esteve presente na bienal do livro em São Paulo e que, nesse evento, teve a oportunidade de conhecer o proprietário da livraria Logos, vencedora da licitação para fornecimento de livros para o Ifes. O dirigente informa que o proprietário da livraria Logos solicitou permissão para se apresentar aos dirigentes do Ifes e se colocou à disposição dos Diretores-gerais. O dirigente Ronaldo sugere que a apresentação seja feita na próxima reunião do Fórum de Diretores-gerais. O dirigente Luiz Braz, presidente do fórum, argumenta que a próxima reunião terá como tema exclusivo a definição da proposta de orçamento, assim, após a realização desta reunião definir-se-á a data para a apresentação do proprietário da Livraria Logos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.